



**I Jornadas Latinoamericanas de estudios epistemológicos en Política
Educativa
15 y 16 de noviembre de 2012
Buenos Aires, Argentina**

**FONTES PARA O ESTUDO DA CONSTITUIÇÃO DO CAMPO DA POLÍTICA
EDUCACIONAL NO BRASIL**

Silvana Stremel

Universidade Estadual de Ponta Grossa - Brasil

silvanastremel@gmail.com

Eje temático: Historia del campo de la política educativa

Resumo: Este trabalho tem como objetivo apresentar as principais fontes para o estudo sobre a constituição do campo da política educacional no Brasil. Baseia-se nas contribuições de Bourdieu (1989, 2003) sobre a noção de campo; de autores que fundamentam os momentos da institucionalização de um determinado campo (Gómez Campo; Tenti Fanfani, 1989); de autores que discutem sobre o estudo epistemológico das políticas educativas (Tello, 2012; Tello; Mainardes, 2012) e de estudos sobre a produção do conhecimento sobre política educacional no Brasil (Pereira; Andrade, 2005; Sander, 2007; Santos; Azevedo, 2009). A metodologia envolveu o levantamento, a sistematização e a análise das contribuições das fontes para o estudo da constituição do campo e da epistemologia das políticas educacionais. As fontes evidenciaram que o campo da política educacional começou a institucionalizar-se a partir do final da década de 1960 com a produção de trabalhos acadêmicos, cuja expansão é significativa a partir do final dos anos 1980, quando mudanças importantes ocorrem no contexto político do país. As fontes sistematizadas neste trabalho

reúnem importantes publicações para o estudo da história do campo da política educacional e para o estudo epistemológico das políticas educacionais no Brasil.

Palavras-chave: Política educacional. Epistemologias da política educacional.

Introdução

O objetivo desse trabalho é apresentar as principais fontes para o estudo sobre a constituição do campo da política educacional no Brasil. As referidas fontes estão sendo sistematizadas com a finalidade de subsidiar uma pesquisa mais ampla sobre a constituição do campo da política educacional no Brasil, em uma dimensão histórica e epistemológica. Objetiva-se analisar a constituição do campo e, simultaneamente, analisar as perspectivas epistemológicas que predominaram em cada período da produção do conhecimento no campo da política educacional no Brasil.

O texto está estruturado em três seções. Nas duas primeiras são apresentados os fundamentos teóricos que orientam a referida pesquisa: a noção de campo, a institucionalização de um campo e o estudo epistemológico das políticas educativas. Na terceira seção aborda-se sobre a constituição do campo da política educacional no Brasil e as fontes para o estudo epistemológico das políticas educativas.

A metodologia da pesquisa envolveu: a) levantamento das principais publicações sobre estudos de políticas educacionais; b) sistematização das fontes em um banco de dados; c) análise das contribuições das fontes para o estudo da constituição do campo da política educacional e da epistemologia das políticas educativas.

A sistematização dessas fontes apresenta uma dupla relevância, uma vez que permite o estudo da constituição do campo da política educacional no

Brasil e, ao mesmo tempo, permite a análise epistemológica dos estudos que constituem esse campo.

A noção de campo e de institucionalização de um determinado campo

Segundo Bourdieu (2003:119), campo pode ser compreendido como “espaços estruturados de posições (ou de postos) cujas propriedades dependem da sua posição nesses espaços e que podem ser analisadas independentemente das características dos seus ocupantes (em parte determinadas por elas).” A estrutura do campo é um estado da relação de força entre os seus ocupantes que têm em comum diversos interesses fundamentais ligados à própria existência do campo. Assim, a noção de campo representa um espaço de relações entre grupos que possuem diferentes posicionamentos e é caracterizado por relações de conflito e disputas de poder.

Os diversos campos (da política, religião, artes, ciência, etc.) possuem certa autonomia e leis de funcionamento próprias. O funcionamento de um campo pressupõe disputas internas, interesses específicos, paradas em jogo, pessoas prontas a jogar esse jogo e dotadas de *habitus*, pressupondo o “conhecimento e o reconhecimento das leis imanentes do jogo, das paradas em jogo, etc.” (Bourdieu, 2003:120). O *habitus* é tanto condição de funcionamento do campo como produto deste funcionamento. De maneira geral, o *habitus* é um “sistema de disposições adquiridas pela aprendizagem implícita ou explícita que funciona como um sistema de esquemas geradores”. (Bourdieu, 2003:125).

Segundo Gómez Campo e Tenti Fanfani (1989) um fator que contribui para a estruturação dos campos são as associações profissionais mediante as suas revistas, periódicos, reuniões técnicas e científicas, etc. Como consequência da estruturação crescente dos campos, estes alcançam um alto grau de autonomia. Um determinado campo constrói a sua autonomia e legitimidade através de processos de institucionalização. A partir das ideias de Gómez Campo e Tenti Fanfani (1989), Suasnabar e Palamidessi (2007) explicam que o grau de diferenciação e especialização de saberes, agentes e

instituições – e de funções institucionais – que expressa cada período do campo são analisados como processos de institucionalização. Em um sentido geral, entende-se por institucionalização

os processos pelos quais certas práticas são recortadas como específicas, se regularizam, sancionam e constroem sua autonomia e legitimidade. A criação de uma cátedra universitária, a criação de um departamento ou dependência no âmbito estatal constituem momentos da institucionalização do campo, que revelam o processo histórico de configuração e desenvolvimento de agências especializadas na produção, circulação e/ou validação de conhecimentos. (Suasnábar; Palamidessi, 2007:41, tradução nossa).

Neste trabalho compreende-se que o campo da política educacional é um espaço estruturado de relações entre grupos com perspectivas epistemológicas distintas e que disputam o capital específico em jogo e a legitimidade de seus capitais. O campo da política educacional possui suas próprias especificidades, interesses, instâncias de divulgação, além disso, vem sendo institucionalizado por meio de diversos fatores como: expansão da produção acadêmica sobre política educacional, criação de linhas e grupos de pesquisa na pós-graduação, criação de associações e grupos de trabalho dentro de associações, entre outros.

Bourdieu (1989:69) explicita que compreender a gênese social de um campo, as suas especificidades e as coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, é explicar as ações “dos produtores e as obras por eles produzidas e não como geralmente se julga, reduzir ou destruir.” De acordo com o autor, a análise da história do campo é forma legítima de análise de essência. Assim, justifica-se a relevância da pesquisa em andamento, como forma de contribuir para a compreensão da constituição do campo da política educacional no Brasil, a partir de uma abordagem histórica e epistemológica.

O estudo epistemológico das políticas educativas e suas contribuições para a pesquisa sobre constituição do campo da política educacional

A pesquisa sobre políticas educacionais vem se constituindo como um campo de estudo que tem empregado distintas perspectivas epistemológicas

como fundamentos teóricos: estruturalista, pós-estruturalista, marxista, neo-marxista, pluralista, entre outras. Pesquisadores desse campo, como Tello (2012), Tello e Mainardes (2012) têm destacado a importância de estudos meta-analíticos para a compreensão da situação do campo dos rumos que esse campo tem tomado, no sentido de investigar as contribuições e as limitações das diversas perspectivas epistemológicas para a produção do conhecimento no campo da política educacional. O enfoque das epistemologias em política educativa (EEPE) é um estudo relativamente novo e vem sendo desenvolvido por César Tello (2012) e por pesquisadores vinculados à Red Latinoamericana de Estudios Epistemológicos en Política Educativa (ReLePe). O EEPE apresenta um esquema analítico que contribui para o fortalecimento epistemológico do campo teórico, bem como para manter a vigilância epistemológica sobre os processos de pesquisa em políticas educativas. (Tello, 2012).

Segundo o pesquisador, esse enfoque possui duas dimensões: 1ª) o EEPE como um campo de estudo: os estudos epistemológicos em política educativa têm como propósito realizar meta-análises da pesquisa sobre políticas educacionais, bem como interpretar as perspectivas epistemológicas empregadas nas pesquisas do campo; 2ª) o EEPE como vigilância epistemológica da pesquisa em políticas educacionais, contribuindo para uma pesquisa coerente e consistente, pois leva o pesquisador a realizar uma meta-análise de sua própria investigação (Tello, 2012).

A meta-análise dos estudos epistemológicos abrange a identificação de três elementos: a perspectiva epistemológica, o posicionamento epistemológico e a perspectiva epistemológica. É importante ressaltar que a identificação desses elementos implica que o pesquisador tenha uma compreensão ampla dos fundamentos e bases das diferentes perspectivas epistemológicas.

Para Tello (2012) uma das lacunas da pesquisa do campo da política educacional é a ausência da explicitação do posicionamento epistemológico do pesquisador. Ele defende que no processo de produção e difusão do conhecimento, o pesquisador assume uma determinada visão de mundo, que de algum modo interfere nas suas decisões. Isso quer dizer que não há

neutralidade no processo investigativo e a omissão desse posicionamento pode prejudicar a solidez e a coerência do processo de investigação. Outra lacuna explicitada pelo autor é o emprego de metodologias nas pesquisas sem uma sustentação epistemológica, misturando “técnicas metodológicas, categorías analíticas de autores y perspectivas epistemológicas que poco tiene que ver entre sí, generando inconsistencia epistemológica en el proceso de investigación.” (Tello, 2012:55). Nesse sentido, a epistemometodologia está relacionada ao modo como se inserem epistemologicamente os componentes metodológicos na investigação, ou seja, considerando a metodologia como um dos elementos da pesquisa, a epistemometodologia refere-se ao posicionamento do pesquisador sobre a metodologia em relação aos outros elementos da pesquisa (perspectiva e posicionamento epistemológico). (Tello, 2012).

Assim, a pesquisa em andamento objetiva investigar a constituição do campo da política educacional no Brasil, enquanto um campo específico, bem como contribuir para o desenvolvimento de um campo de estudo recente e ainda pouco explorado no Brasil: o enfoque epistemológico das políticas educativas.

Fontes para o estudo epistemológico das políticas educacionais: um caminho a percorrer

A pesquisa em educação no Brasil vem sendo desenvolvida desde o início do século XX. No entanto, os estudos mais sistemáticos na área da educação emergem no final dos anos 1930, com a criação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Como pesquisa sistemática, se desenvolve na década de 1950 com a criação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) e Centros de Pesquisas Regionais (ambos vinculados à estrutura do INEP). Contudo, o fortalecimento da pesquisa em educação acontece com a implantação da pós-graduação na década de 1960. (Santos; Azevedo, 2009; Bittar; Bittar; Morosini, 2012).

Como campo específico de estudo, a pesquisa sobre políticas educacionais é relativamente recente. No levantamento realizado das

produções e publicações sobre política educacional no Brasil observa-se que esse campo começa a institucionalizar-se a partir do final da década de 1960, por meio da utilização dos termos “política educacional” ou “políticas educacionais” em títulos de teses, dissertações, livros, artigos e publicações oficiais (Porto Alegre, 1966, Marques Júnior, 1967; Martins, 1969; Silva, 1969; Lima, 1970; Cunha; 1973; Cunha, 1974; Arroyo, 1974; Gomes, 1976; Silva Júnior, 1977; Machado, 1978; Aragão, 1979; Sá, 1979; Sarti, 1979; Rodrigues, 1979; Souza, 1981; São Paulo, 1982, Freitag, 1985; Aguiar, 1986, Germano, 1990; Vieira, 1990). Antes desse período, localizamos a referência do trabalho de Isaías Alves, intitulado “Técnica e política educacional”, publicado em 1937.

No levantamento de livros que indicam em seu título os termos política(s) educacional(is), realizado a partir dos acervos digitais de bibliotecas brasileiras, foram localizadas 116 obras até o presente momento (1937 a 2012), cujas referências foram organizadas em um banco de dados. A tabela a seguir sintetiza o número de livros por década.

Tabela 1 – Número de livros publicados no Brasil, cujo título menciona sobre política(s) educacional(is)

Décadas	nº
1930	1
1960	1
1970	5
1980	11
1990	18
A partir de 2000	80
Total	116

Fonte: Organizada pela autora.

Esses dados evidenciam uma expansão do campo da política educacional, em termos de produção bibliográfica, especialmente a partir do final da década de 1980. Alguns fatores históricos fizeram com que esse campo adquirisse maior centralidade, tais como: a aprovação de novas leis de educação; implantação de reformas educacionais ou políticas educacionais inovadoras, principalmente a partir da redemocratização; expansão de políticas neoliberais (a partir dos anos 1990); criação de políticas e programas de abrangência nacional, etc.

Até meados da década de 1970, uma parte significativa dos estudos que atualmente são considerados estudos de política educacional eram considerados como pesquisas e discussões de Administração da Educação ou Administração Educacional ou ainda de Planejamento Educacional. Podemos citar a Dissertação de Mestrado de Cunha (1972), intitulada “O Ensino técnico industrial e a profissionalização do Ensino Médio”, que se enquadrava na área de Planejamento Educacional. Posteriormente, foi publicada em formato de livro com o título “Política educacional no Brasil: a profissionalização no ensino médio” (Cunha, 1973).

Vários fatores foram fundamentais para a constituição do campo da política educacional. Em primeiro lugar, podemos destacar a criação da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP), em 1944, no âmbito do INEP. Conforme Vidal e Camargo (1992), a RBEP, em seus primeiros anos, foi veículo de divulgação do que era produzido pelo INEP, bem como das ideias dos seus diretores¹ e grupo de ligação, que influenciaram a organização do campo educacional.

A RBEP, já em seu primeiro número, publicou artigos sobre a situação da educação nacional em termos de políticas (Lourenço Filho, 1944, Bastos, 1944a, 1944b). Seguiu com a publicação de artigos que discutiam sobre financiamento da educação, administração da educação, planejamento educacional, políticas específicas voltadas para os níveis de ensino, lei de diretrizes da educação, reformas de ensino, programas, etc. A análise dos temas dos artigos, segundo o momento histórico em que foram produzidos, pode apresentar evidências de como as discussões do campo foram sendo constituídas, temas predominantes e os posicionamentos frente a estes. O termo política educacional começa a ser utilizado no título dos artigos da RBEP em 1969, em publicações de autores brasileiros (Martins, 1969; Silva, 1969) e de traduções (Husen, 1969; Lauwerys, 1969).

Sander (2007) destaca outros dois fatos que marcaram a história do campo. O primeiro, refere-se à criação da Associação Nacional de Professores

¹ Nessa época, assumiram a direção do INEP: Lourenço Filho (1937) e Anísio Teixeira (1952).

de Administração Escolar (ANPAE)², em 1961. Segundo ele, a fundação da ANPAE “foi ponto de partida para uma renovada atuação da sociedade civil no campo específico da política e da gestão da educação no Brasil” (Sander, 2007:426). O segundo fato foi a criação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), em 1976, e dos Grupos de Trabalho. O GT 5 - Estado e Política Educacional, passou a integrar os 13 GTs da ANPEd em 1987, a partir da 10ª Reunião Anual.

Os trabalhos do GT 5 da ANPEd, Estado e Política Educacional, são fontes importantes para o estudo da constituição do campo da política educacional. Em detrimento disso, a partir de um levantamento, reuniu-se os anais e boletins da ANPEd, desde 1981, quando são institucionalizados os Grupos de Trabalho - GTs (4ª Reunião Anual), até 2011 (34ª Reunião Anual).

Antes da criação do GT 5, quatro trabalhos sobre políticas educacionais foram apresentados em outros GTs: Ensino Superior (Vieira, 1982) e Educação de 1º Grau (Abramowicz, 1985, Oliveira, 1985; Martins, 1985). Até o ano de 1989, o GT 5 contou com pouco trabalhos, como mostra a tabela 2. Esses trabalhos tematizavam sobre: a) administração, supervisão, orientação e planejamento escolar (1987); b) política educacional, ensino a distância, vestibular, municipalização da educação e gestão democrática (1988); c) gestão educacional, ensino básico, descentralização de políticas, municipalização e financiamento da educação (1989).

Tabela 2 – Número de trabalhos publicados nos Anais da ANPEd (1987-2011)

Ano	Trabalhos completos (nº)	Pôsteres (nº)
1987	5	-
1988	5	-
1989	6	-
1990	11	-
1991	11	-
1992	15	-
1993	20	-
1994	26	-
1995	11	-

² A partir de 1996, passou a denominar-se Associação Nacional de Política e Administração da Educação.

1996	17	7
1997	12	6
1998	12	6
1999	16	7
2000	19	6
2001	19	4
2002	10	6
2003	20	4
2004	22	5
2005	15	4
2006	17	4
2007	24	-
2008	16	4
2009	12	1
2010	20	4
2011	22	3
Total	383	71

Fonte: Organizada pela autora.

A partir da década de 1990 um número maior de trabalhos passaram a ser apresentados no GT 5. Há, portanto, um crescimento do interesse de pesquisadores pelo campo da política educacional. Do total de trabalhos completos do GT 5 (383), apenas quatro enfocam a produção do conhecimento em política educacional (Azevedo; Aguiar, 1998; Maia; Machado, 2006; Silva; Scaff; Jacomini, 2010; Santos, 2011) e um trabalho aborda sobre questões teóricas para a análise de políticas educacionais (Barretto, 1991). Os outros trabalhos abrangem estudos sobre: mudanças no papel do Estado e a relação Estado e políticas públicas na área da educação, políticas e programas (formulação, implementação e avaliação de políticas), políticas e gestão educacional e escolar, financiamento da educação, etc. Desse modo, observa-se uma lacuna com relação aos estudos que versam sobre a constituição do campo da política educacional em um sentido mais amplo e estudos sobre a epistemologia das políticas educativas.

Além desses fatores, há a criação de diversos periódicos científicos da área da educação a partir de 1971, os quais estão inseridos em um contexto de oferta e demanda de artigos especializados em decorrência da consolidação dos programas de pós-graduação em educação das instituições brasileiras. (Pereira; Andrade, 2005). Dentre esses periódicos podemos elencar: Cadernos

de Pesquisa (1971); Educação e Pesquisa, cuja denominação anterior era Revista da Faculdade de Educação (1975); Educação & Sociedade (1978); Cadernos CEDES (1980); Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - RBPAE (1983). A Revista Brasileira de Administração da Educação (RBAE), a partir de 1997, passa a denominar-se Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBPAE). Esse periódico se destaca por apresentar uma afinidade maior com a produção do conhecimento no campo da política educacional.

A partir da década de 1990, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) propôs mudanças para a organização dos programas de pós-graduação em educação. De acordo com Santos e Azevedo (2009), à medida que os programas de pós-graduação em educação foram se ampliando, uma pluralidade de temas foi surgindo. Aliado a isso, as áreas de concentração começavam a serem revistas, uma vez que se exigia dos alunos o curso de um amplo leque de disciplinas antes de elaborar a pesquisa, dificultando o tempo de titulação. Assim, a CAPES propôs que os programas fossem organizados em Linhas de Pesquisa. Segundo Santos e Azevedo (2009:341),

as disciplinas tornaram-se secundárias e o que importava era que o aluno desde o início dos cursos possuísse um projeto vinculado a uma linha. Em tese, isso significava colocar a pesquisa como o centro do desenvolvimento do curso e também supunha maior articulação e aproximação entre os pesquisadores, já que o desenvolvimento de linhas de pesquisa previa a formação de grupos que a integrassem.

Portanto, a partir dos anos 1990 começam a surgir Linhas de Pesquisa relacionada às políticas educacionais, bem como Grupos de Pesquisa que se ocupam do estudo das temáticas relacionadas à política educacional. Do mesmo modo, vários periódicos começam a ser criados, como por exemplo, a Revista Brasileira de Educação (1995), e outros cujo foco é especificamente o campo da política educacional, como: Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação (1993) e Jornal de Políticas Educacionais (2007).

Nos últimos anos, a pesquisa sobre políticas educacionais vem se expandindo de forma significativa, assim como as publicações e o interesse

dos pesquisadores pelas políticas educacionais está se ampliando. Desse modo, a realização de pesquisas de estado da arte sobre políticas educacionais constituem, também, indícios da relevância que o tema vem ganhando e como vem se definindo como campo de estudo. Para citar alguns estudos dessa natureza, podemos destacar os trabalhos de: Wittmann e Gracindo (1999), Azevedo e Aguiar (2001), Pereira e Andrade (2005). No entanto, destaca-se que estudos sobre a epistemologia das políticas educacionais ainda são escassos no Brasil e podem contribuir para a compreensão de como o campo está se constituindo e se desenvolvendo a partir das perspectivas teóricas empregadas.

As publicações citadas nessa seção constituem-se como fontes para a análise epistemológica das políticas educacionais. São evidências históricas que contribuem para a compreensão da constituição do campo da política educacional. Portanto, a partir da sistematização dessas publicações, pretende-se desenvolver em uma pesquisa mais ampla, na qual se insere o presente trabalho, uma análise dessas produções com base no enfoque epistemológico das políticas educativas (EEPE). A referida pesquisa tem como propósito identificar as perspectivas epistemológicas, o posicionamento epistemológico e a perspectiva epistemológica que “disputam poder” no campo da política educacional e como determinados referenciais podem contribuir para a solidez, a coerência e o avanço do conhecimento do campo.

Assim, as principais fontes de dados para a análise da constituição do campo da política educacional no Brasil e da análise epistemológica das produções desse campo são as seguintes:

- a) Os artigos publicados na RBEP, desde 1944, bem como os livros, documentos oficiais, outras publicações e ainda artigos publicados em periódicos especializados de política educacional e outros periódicos;
- b) As publicações e pesquisas realizadas no âmbito da ANPAE e no âmbito da ANPEd;
- c) As produções realizadas no âmbito dos Programas de Pós-Graduação em Educação;

- d) A criação de disciplinas de política educacional em cursos de graduação e pós-graduação;
- e) A criação de linhas de pesquisa de políticas educacionais em Programas de Pós-Graduação e de grupos de pesquisa (CNPq).

Tais fontes necessitam ser localizadas e sistematizadas de forma a permitir a análise da constituição do campo e a análise epistemológica dessa produção.

Considerações finais

Neste trabalho, apresentamos evidências históricas de como o campo da política educacional foi se constituindo no Brasil, por meio do levantamento de fontes. Saviani (2004) explica que a palavra fonte tem dois sentidos: por um lado significa ponto de origem e por outro, indica a base, o ponto de apoio, o repositório dos elementos que definem os fenômenos cujas características buscam-se compreender. Segundo o autor, em história, as fontes são sempre produções humanas. Enquanto registros, é das fontes que surge e é nelas que se apoia o conhecimento que produzimos a respeito da história. Em consonância ao que Saviani (2004) apresenta, considerou-se neste trabalho que as fontes são o ponto de partida, a base e o ponto de apoio para a análise da constituição do no campo da política educacional. Designaram-se como fontes, os principais meios de divulgação do conhecimento da área da educação e especificamente do campo da política educacional.

Referências

Abramowicz, M. (1985) Análise crítica do processo de implantação de um programa de ensino inovador no sistema educacional paulista. Anais da 8ª Reunião Anual da ANPEd, São Paulo, 13 a 15 de maio.

Aguiar, M. A. da S. (1986) Supervisão escolar e política educacional. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

Alves, I. (1937) Técnica e política educacional. Rio de Janeiro: Revista Infância e Juventude.

Aragão, J. G. (1979) A política educacional. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação (MEC).

Arroyo, M. G. (1974) Estrutura de poder local e política educacional. 87 f. Tese (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Azevedo, J. M. L. de; Aguiar, M. A. (1998) O GT Estado e Política educacional: trajetória, perspectivas. Anais da 21ª Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, 20 a 24 de setembro.

Azevedo, J. M. L. de; Aguiar, M. A. (2001) “A produção do conhecimento sobre a política educacional no Brasil: um olhar a partir da ANPED” En: Educação & Sociedade v. 22 n. 77, setembro-dezembro, Campinas, pp. 49-70.

Barretto, E. S. S. (1991) Novos marcos teóricos para a análise das políticas educacionais. Anais da 14ª Reunião Anual da ANPEd, São Paulo, 1 a 3 de setembro.

Bastos, H. (1944a) “Sumário histórico da instrução no Estado de Alagoas” En: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos v. 1 n. 1, Rio de Janeiro, pp. 54-59.

Bastos, H. (1944b) “A educação no após-guerra” En: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos v.1 n. 1, Rio de Janeiro, pp. 60-72.

Bittar, M.; Bittar, M.; Morosini, M. (2012) Producción de conocimiento y política educativa en América Latina: la experiencia brasileira. En: Gorostiaga, J.; Palamidessi, M.; Suasnabar, C. (comps.) Investigación educativa y política en América Latina. Buenos Aires: Noveduc, pp. 79-112.

Bourdieu, P. (1989) O poder simbólico. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Bourdieu, P. (2003) Questões de sociologia. Tradução de Miguel Serras Pereira. Lisboa: Fim de Século.

Cunha, L. A. (1972) O Ensino técnico industrial e a profissionalização do Ensino Médio. 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Cunha, L. A. (1973) Política Educacional no Brasil: a profissionalização no Ensino Médio. Rio de Janeiro: Eldorado.

Cunha, N. F. da. (1974) “Implicações de uma redefinição da política educacional” En: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos v.60 n.135, julho-setembro, Rio de Janeiro, pp. 291-304.

Freitag, B. (1987) Política educacional e indústria cultural. São Paulo: Cortez.

Germano, J. W. (1990) Estado militar e educação no Brasil - 1964/1985: um estudo sobre a política educacional. 444 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

Gomes, N. F. da C. (1976) Análise do currículo de ensino de 2º grau: implicações de uma redefinição da política educacional. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais; Brasília: Ministério da Educação e Cultura, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais.

Gómez Campo, V. M.; Tenti Fanfani, E. (1989) Universidad y profesiones: crisis y alternativas. Buenos Aires: Miño y Dávila Editores.

Husen, T. (1969) “Pesquisa e elaboração de uma política educacional” En: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos v. 52 n. 115, julho-setembro, Rio de Janeiro, pp. 184-192.

Lauwerys, J. A. (1969) “Políticas educacionais européias” En: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos v. 52 n. 115, julho-setembro, Rio de Janeiro, pp. 197-202.

Lima, R. P. (1970) “A política da educação do Estado de São Paulo” En: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos v. 53 n. 117, janeiro-março, Rio de Janeiro, pp. 203-208.

Lourenço Filho (1944) “A educação, problema nacional” En: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos v. 1 n. 1, Rio de Janeiro, pp. 7-28.

Machado, L. Z. (1978) Política educacional e ideologia: a eternização do presente na ideologia dos secretários de educação. 414 f. Tese (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

Maia, G. Z. A.; Machado, L. M. (2006) As publicações da ANPAE e a trajetória do conhecimento em administração da educação no Brasil. Anais da 29ª Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, 15 a 18 de outubro.

Marques Júnior, R. (1967) Política educacional republicana: o ciclo da desoficialização do ensino. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

Martins, J. (1969) “Fator humano na política educacional” En: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos v. 52 n. 115, julho-setembro, Rio de Janeiro, pp. 192-196.

Martins, M. A. R. (1985) Desenvolvimento de recursos humanos e magistério de 1º grau (análise crítica da política de desenvolvimento pessoal de 1º grau na Secretaria da Educação do Estado de São Paulo). Anais da 8ª Reunião Anual da ANPEd, São Paulo, 13 a 15 de maio.

Oliveira, O. M. M. de (1985) A prática do avanço progressivo numa escola de 1º grau em Santa Catarina. Anais da 8ª Reunião Anual da ANPEd, São Paulo, 13 a 15 de maio.

Pereira, G. R. de M.; Andrade, M. C. L. de. (2005) “A construção da administração da educação na RBAE (1983-1996)” En: Educação & Sociedade v. 26 n. 93, setembro-dezembro, Campinas, pp. 1393-1411.

Porto Alegre. (1966) Planejamento da política educacional do município de Porto Alegre: 1965-66. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Rodrigues, N. (1979) Estado, educação e desenvolvimento econômico: a radicalização do projeto de desenvolvimento brasileiro e a política educacional. 177 f. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Sá, N. (1979) Política educacional e populismo no Brasil. São Paulo: Cortez.

Sander, B. (2007) “A pesquisa sobre política e gestão da educação no Brasil: uma leitura introdutória sobre sua construção” En: Revista Brasileira de Política e Administração da Educação v. 23 n. 3, setembro-dezembro, Porto Alegre, pp. 421-447.

Santos, A. L. F. dos (2011) A teoria da ação de Bourdieu, o conceito de campo científico e sua contribuição para os estudos sobre a produção do conhecimento em política educacional. Anais da 34ª Reunião Anual da ANPEd, Natal, 02 a 05 de outubro.

Santos, A. L. F. dos; Azevedo, J. M. L. de. (2009) “A pós-graduação no Brasil, a pesquisa em educação e os estudos sobre a política educacional: os contornos da constituição de um campo acadêmico” En: Revista Brasileira de Educação v. 14 n. 42, setembro-dezembro, Rio de Janeiro, pp. 534-550.

São Paulo. (1982) Política educacional: lei 5692/71: a implantação administrativa da reforma do ensino. São Paulo: FUNDAP.

Sarti, I. (1979) “Educação e estado no Brasil: notas sobre o conceito de política educacional” En: Dados n. 21, Rio de Janeiro, pp. 115-139.

Saviani, D. (2004) Breves considerações sobre fontes para a história da educação. En: Lombardi, J. C.; Nascimento, M. I. M. (Orgs.) Fontes, história e historiografia da educação. Campinas: Autores Associados, pp. 3-12.

Silva Júnior, C. A. da. (1977) Supervisão escolar e política educacional no Brasil. 121 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Silva, A. A.; Scaff, E. A. da S.; Jacomini, M. A. (2010) Políticas públicas e educação: o legado da ANPEd para a construção da área no período 2000-2009. Anais da 32ª Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, 4 a 7 de outubro.

Silva, L. G. do N. (1969) “Fundamentos para uma política educacional brasileira” En: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos v. 52 n. 115, julho-setembro, Rio de Janeiro, pp. 202-212.

Souza, M. I. S. de. (1981) Empresários e a educação: o IPES e a política educacional após 1964. Petrópolis: Vozes.

Suasnábar, C.; Palamidessi, M. (2007) Notas para una historia del campo de producción de conocimientos sobre educación en la Argentina. En: Palamidessi, M; Suasnábar, C.; Galarza, D. (comps.) Educación, conocimiento y política: Argentina, 1983-2003. Buenos Aires: Manantial, pp. 39-63.

Tello, C. (2012) “Las epistemologías de la política educativa: vigilancia y posicionamiento epistemológico del investigador en política educativa” En: Práxis Educativa v. 7 n.1, janeiro-junho, Ponta Grossa, pp. 53-68.

Tello, C.; Mainardes, J. (2012) “La posición epistemológica de los investigadores en Política Educativa: debates teóricos en torno a las perspectivas pos-estructuralista, neo-marxista y pluralista” En: Archivos Analíticos de Políticas Educativas v. 20 n. 9, pp. 1-37.

Vidal, D. G.; Camargo, M. J. G. (1992) “A imprensa periódica especializada e a pesquisa histórica: estudos sobre o Boletim de Educação Pública e a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos” En: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos v. 73 n. 175, setembro-dezembro, Brasília, pp. 407-430.

Vieira, S. L. (1982) O ensino Superior e o discurso do projeto de reforma de 1968. Anais da 5ª Reunião Anual da ANPEd, Rio de Janeiro, 10 a 12 de março.

Vieira, S. L. (1990) Universidade Federal nos anos 80: o jogo da política educacional. 261 f. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Wittmann, L. C.; Gracindo, R. V. (1999) O estado da arte em política e gestão da educação no Brasil: 1991 a 1997. Brasília: ANPAE.